

Olá,

Confira o Informativo Sustentabilidade em Foco nº 45:

Notícias

Prorrogado prazo para empresas obterem relatório gratuito de emissões



A FIESC prorrogou para o próximo dia 26 o prazo para que empresas de micro, pequeno e médio portes dos setores de alimentos, construção, serviços industriais, máquinas e materiais elétricos, têxtil e vestuário participem, voluntariamente, do inventário que visa mensurar as emissões de gases de efeito estufa setoriais de Santa Catarina.

O estudo, que será conduzido pelo Instituto SENAI de Tecnologia Ambiental, é uma ação do Hub de Descarbonização FIESC, iniciativa que visa mobilizar os setores produtivos, governo, universidades e centros de pesquisa para acelerar a descarbonização em Santa Catarina.

Saiba mais

Entra em vigor novo marco legal sobre o Automonitoramento dos Usos em águas de domínio da União



A Resolução ANA nº 188/2024, define os critérios para obrigatoriedade do automonitoramento do uso da água pelos usuários regularizados em corpos de domínio da União, entrou em vigor no dia 1º de abril.

Poderá ser exigido do usuário análises de qualidade da água por laboratório acreditado perante o INMETRO, ou organismo signatário de acordo de cooperação mútua do qual o INMETRO faça parte, ou credenciado junto ao órgão ambiental competente, ou credenciado pelo sistema ISO. Nos casos em que a outorga de direito de uso, ou outros normativos definam parâmetros e critérios diferenciados para o monitoramento, o empreendimento deverá obedecer aos mais restritivos ou exigentes. **Fonte:** Agência Gov | Via ANA.

Saiba mais

Aplicação da Resolução CONSEMA nº 190, de 01 de abril de 2022



No dia 17 de maio 2022 foi publicada no Diário Oficial do Estado, a Resolução Consema nº 190 de 01 de abril 2022, a primeira Resolução de Santa Catarina que estabelece as diretrizes para os limites máximos de emissões de poluentes atmosféricos de fontes fixas e critérios para o controle da qualidade do ar nas áreas de influência direta da atividade.

Desta forma, após o prazo de dois anos para adaptação, a partir do dia 17 de maio de 2024, esta resolução passará a ser cobrada pelos órgãos ambientais. Assim, incentivamos as indústrias que possuem este aspecto nos seus processos que figuem atentas as regulamentações desta Resolução.

Acesse a norma

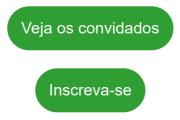
Eventos

Consolidação da Logística Reversa de Embalagens: uma perspectiva sob a ótica do Poder Público

Consolidação da Logística Reversa de Embalagens

No dia 18 de abril, será realizado um evento online, às 14h, para apresentar o lançamento do Relatório de Desempenho de 2023. Serão apresentados os avanços e desafios da Logística Reversa com autoridades do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Legislativo que são especialistas no tema.

Nossos convidados irão dialogar sobre a aplicabilidade da PNRS, a responsabilidade compartilhada entre o Poder Público, empresas e consumidores, e a inclusão dos catadores e catadoras individuais, além de debater as possíveis soluções e alternativas para os desafios enfrentados para estruturar e criar valor par aa cadeia de reciclagem. Oportunidade de conversar ao vivo com representantes dos Poderes Público que atuam diretamente para o fortalecimento da logística reversa de embalagens no Brasil.



Capacitação | Inventário Nacional de PCB



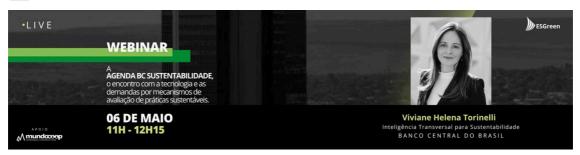
No próximo **dia 24 de abril, às 10h**, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD) realizarão um evento on-line para apresentar aos representantes da indústria brasileira o Projeto PCB Responsável, destruição ambientalmente adequada de bifenilas policloradas (PCBs) no Brasil, e oferecerão treinamento gratuito para o correto preenchimento e submissão do Inventário Nacional de PCB.

A Lei nº 14.250, de 25 de novembro de 2021, determina que todas as empresas detentoras de PCBs têm até 25 de novembro de 2024 para submeter seus respectivos inventários no endereço pcb.sinir.gov.br. O preenchimento antecipado é fundamental para o cumprimento das obrigações legais e a participação nos projetos-piloto de destinação a serem desenvolvidos pelo Projeto PCB Responsável.

Inscreva-se

31 AGENDA BC SUSTENTABILIDADE



O encontro virtual apresentará a atuação do Banco Central na promoção da sustentabilidade no Sistema Financeiro Nacional. Com a participação de Viviane Helena Torinelli, Analista da Gerência de Sustentabilidade e de Relacionamento com Investidores Internacionais de Portfolio (Gerip), o webinar irá apresentar sobre como o Banco Central e outras instituições como um todo, podem ser impulsionadores de uma importante e urgente agenda ESG no sistema financeiro.

O webinar será comandado pelo CEO da ESGreen, Mauricio Rodrigues. Entre os temas em pauta, se destacam as políticas e normativas acerca da sustentabilidade; riscos climáticos e seu impacto no SFN e ainda, as oportunidades no monitoramento de práticas sustentáveis.



Legislação



O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA abriu consulta pública para Proposta de Instrução Normativa sobre

controle da importação, exportação, reciclagem, recuperação, comércio, uso e transporte de mercúrio metálico.

A IN estabelece as exigências e os procedimentos relacionados ao controle da importação, exportação, reciclagem, recuperação, comércio, uso e transporte de mercúrio metálico e destinação de resíduos de mercúrio em território nacional, com fundamento no Decreto nº 97.634, de 10 de abril de 1989, do art. 2º, inciso II, da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, e em conformidade com a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, promulgada pelo Decreto nº 9.470, de 14 de agosto de 2018, e dá outras providências. A consulta **permanecerá aberta até o dia 18 de abril.**

Clique aqui

Decreto nº 11.961, de março de 2024

Institui o Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira - CITSB, de natureza consultiva e deliberativa, com a finalidade de coordenar o desenvolvimento e a implementação da Taxonomia Sustentável Brasileira - TSB. A Taxonomia Sustentável Brasileira consiste em sistema de classificação de atividades, ativos ou categorias de projetos que contribuam para a consecução de objetivos climáticos, ambientais e sociais, por meio de critérios específicos.

Clique aqui

Portaria GM/MMA nº 1.037, de abril de 2024

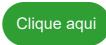
Prorroga os prazos para a adequação, a sistematização, a implementação e a operacionalização da ferramenta de emissão dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR) do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir) para os sistemas de logística reversa.

Nesse período a comprovação dos resultados dos sistemas de logística reversa será feita exclusivamente por meio de nota fiscal eletrônica, submetida à prévia homologação do Verificador de Resultados, conforme determina o Decreto nº 11.413, de 2023.

Clique aqui

Portaria GM/MMA nº 1.036, de abril de 2024

Altera o Regimento Interno do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.



Decreto nº 11.987, de abril de 2024

Altera o Decreto nº 10.431, de 20 de julho de 2020, para dispor sobre a Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária.

Clique aqui

Receba o informativo Sustentabilidade em Foco no seu e-mail: Inscreva-se aqui! :)







Enviado por FIESC Rod. Admar Gonzaga, 2765 Florianópolis/SC - 88034-001. Se deseja não receber mais mensagens como esta, clique aqui.